

# **Orientações para a Leccionação do Programa de Filosofia**

**10.º e 11.º anos**

**VERSÃO PARA RECOLHA DE PARECERES**

**Mai de 2005**

## Preâmbulo

Este documento apresenta orientações para a leccionação da disciplina de Filosofia dos 10.º e 11.º anos, com base no programa em vigor, homologado em 22 de Fevereiro de 2001. Deste programa seleccionaram-se conceitos e conteúdos *mínimos* que permitem uma harmonização nacional, sem prejuízo da diversidade e liberdade de abordagens dos professores. O que se apresenta nestas orientações não substitui o programa da disciplina. Dado que se apresentam apenas os conceitos e conteúdos *mínimos*, raramente se contemplam *todas* as matérias do programa. Os conceitos e conteúdos do programa aqui não contemplados continuarão a ser leccionados.

Nestas orientações não se altera o número de aulas atribuído pelo programa da disciplina a cada rubrica programática. Esse número determina o grau de profundidade e pormenor na leccionação e avaliação das matérias. Na planificação das aulas e da avaliação, é necessário atender ao número de aulas atribuído pelo programa. Sem esquecer que estas incluem também as aulas dedicadas à avaliação, à participação dos estudantes, à discussão de turma e a outros trabalhos. Assim, quando o programa atribui, por exemplo, três aulas a uma dada rubrica programática, isso significa que os conteúdos terão de ser leccionados com um grau de profundidade e pormenor diferentes do que o seriam em seis ou dez aulas.

O programa determina que se recorra, «na abordagem dos temas, a autores específicos da História da Filosofia que com eles mantenham relações privilegiadas» (*Programa*, p. 19). Para efeitos de harmonização nacional, todavia, estas orientações estabelecem um conjunto mínimo de filósofos e obras de referência. Compete aos professores escolher outros filósofos e obras, em harmonia com o programa. A inclusão de um filósofo exige que as suas ideias sejam confrontadas com objecções e contra-argumentos, nomeadamente recorrendo a outros filósofos. As obras de referência indicadas não são de estudo ou leitura integral; trata-se apenas de leccionar as perspectivas dos filósofos indicados, relevantes para os temas em causa. As indicações bibliográficas contidas neste documento não substituem, antes complementam, aquelas que são dadas no programa (pp. 36–45).

Os textos dos filósofos a estudar serão abordados criticamente, em harmonia com o ponto 3 da página 10 do programa, que se passa a citar, visando nomeadamente:

- Analisar a problemática sobre a qual um texto toma posição, identificando o tema/problema, a(s) tese(s) que defende ou a(s) resposta(s) que dá, as teses ou respostas que contraria ou as teses ou respostas que explicitamente refuta.
- Analisar a conceptualidade sobre a qual assenta um texto, identificando os termos ou conceitos nucleares do texto, explicitando o seu significado e as suas articulações.

- Analisar a estrutura lógico-argumentativa de um texto, pesquisando os argumentos, dando conta do percurso argumentativo, explorando possíveis objecções e refutações.
- Confrontar as teses e a argumentação de um texto com teses e argumentos alternativos.
- Assumir posição pessoal relativamente às teses e aos argumentos em confronto.

Assim, não se exige do estudante apenas a compreensão rigorosa das posições e argumentos presentes nos textos a estudar, mas também que procure objecções e posições alternativas; e que assuma uma posição devidamente fundamentada.

As interpretações, materiais didácticos e práticas lectivas correntes dos professores determinam muitas das orientações aqui apresentadas, pois não seria justo que as interpretações do programa, configuradas nos materiais e na prática dos professores, apesar de não serem normativas face ao programa, fossem ignoradas. Contudo, não é menos verdade que haverá interpretações, materiais e práticas que terão de ser ajustados. Visando unicamente estabelecer mínimos nacionais comuns, a preocupação principal foi assegurar a imparcialidade, não privilegiando esta ou aquela interpretação particular.

No que respeita às obras de referência indicadas, as edições referidas não são vinculativas. Procurou-se tão-somente encontrar edições portuguesas, brasileiras, espanholas, francesas ou inglesas, por esta ordem, não se podendo inferir que, por surgir neste documento, uma dada edição numa certa língua tenha maior qualidade científica ou didáctica do que outra edição noutra língua.

## I — MÓDULO INICIAL

### INICIAÇÃO À ACTIVIDADE FILOSÓFICA

#### 1. Abordagem introdutória à Filosofia e ao filosofar (8 aulas de 90 minutos)

- 1.1. O que é a Filosofia? Uma resposta inicial
- 1.2. Quais são as questões da Filosofia? Alguns exemplos
- 1.3. A dimensão discursiva do trabalho filosófico

Depois de caracterizada a filosofia e alguns dos seus problemas centrais, o objectivo é «iniciar ao desenvolvimento de competências discursivas que viabilizem o trabalho na disciplina, fornecendo aos alunos e alunas condições para poderem, por um lado, começar a perceber situações e a ler textos com uma atitude de raiz filosófica, por outro, iniciar-se à prática sistemática de exposição de ideias próprias e debate de ideias» (*Programa*, p. 20). Com este fim em vista, entre os conceitos específicos nucleares referidos no programa, os seguintes são centrais:

- Problema
- Conceito
- Tese
- Argumento

Uma tese filosófica é uma resposta a um dado problema ou questão. Ilustra-se a importância de formular rigorosamente a pergunta crucial que exprime o problema em causa; por exemplo: «Será o livre-arbítrio possível?» ou «O que distingue a ciência do senso comum?».

Na formulação rigorosa dos problemas esclarecem-se os conceitos filosóficos envolvidos. As teses filosóficas são fundamentadas com argumentos. Contrasta-se então argumento com afirmação, distinguindo-se e relacionando-se a validade e a verdade.

## II — A ACÇÃO HUMANA E OS VALORES

#### 1. A acção humana – análise e compreensão do agir (6 aulas de 90 minutos)

- 1.1. A rede conceptual da acção
- 1.2. Determinismo e liberdade na acção humana

Entre os conceitos gerais e os conceitos específicos referidos no programa, os seguintes são centrais:

- Acção
- Agente
- Intenção
- Desejo

- Causalidade
- Determinismo
- Liberdade

Começa-se por abordar o seguinte problema: «O que é uma acção?». Esclarece-se o que é característico da acção humana e a distingue de um mero acontecimento, introduzindo-se as noções de agente, intenção, crença e desejo. O tratamento deste problema prepara a «reflexão sobre o problema mais abrangente do determinismo e liberdade na acção» (*Programa*, p. 28), ou seja, o problema do livre-arbítrio: «Será o livre-arbítrio compatível com o determinismo?». O problema do livre-arbítrio consiste em saber se é possível compatibilizar a liberdade da acção humana com um mundo físico no qual todos os acontecimentos estão causalmente determinados.

No estudo deste problema distingue-se a liberdade em sentido metafísico (livre-arbítrio) da liberdade em sentido político. Esclarece-se a noção central de causalidade, usando-se para o efeito exemplos intuitivos de relações causa/efeito nos quais se incluam ocorrências de acções. Salienta-se que o problema do livre-arbítrio é importante porque desafia a crença de senso comum na liberdade humana e porque tem implicações na determinação da responsabilidade ética dos agentes.

O núcleo da unidade consiste na apresentação, confrontação e discussão de três posições filosóficas sobre o livre-arbítrio e respectivos argumentos:

- O compatibilismo (determinismo moderado)
- Os incompatibilismos (determinismo radical e libertismo)

Os filósofos de referência são David Hume (compatibilismo), Bento de Espinosa (determinismo radical) e Jean-Paul Sartre (libertismo).

### **Obras de referência**

Espinosa, Bento. (1677) *Ética*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992, Livros II e III.

Hume, David. (1748) *Investigação Sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2002, Secção VIII.

Sartre, Jean-Paul. (1945) *O Existencialismo é um Humanismo*. Lisboa: Presença, 1974, pp. 226–228, 237–238, 254–258 e 260–263.

## **2. Os valores – análise e compreensão da experiência valorativa** (6 aulas de 90 minutos)

**2.1.** Valores e valoração – a questão dos critérios valorativos

**2.2.** Valores e cultura – a diversidade e o diálogo de culturas

Entre os conceitos gerais e os conceitos específicos referidos no programa, os seguintes são centrais:

- Valor
- Absoluto/Relativo
- Cultura

Começa-se por sublinhar a variedade de domínios que envolvem valores (ética, estética, religião) e por traçar a distinção entre juízo de facto e juízo de valor. A discussão da «necessidade de encontrar critérios trans-subjectivos de valoração» (*Programa*, p. 28) será feita a partir do seguinte problema: «Será que a diversidade cultural implica o relativismo moral?». Apresenta-se e discute-se o argumento da diversidade cultural a favor do relativismo moral, assim como a relação entre relativismo moral e tolerância cultural.

### **Obras de referência**

Nietzsche, Friedrich. (1883-85) *Assim Falava Zaratustra*. Lisboa: Relógio d'Água, 1998, pp. 66–68.

Rachels, James. (2003) *Elementos de Filosofia Moral*. Lisboa: Gradiva, 2004, Cap. 2.

## **3. Dimensões da acção humana e dos valores**

### **3.1. A dimensão ético-política – Análise e compreensão da experiência convivencial** (14 aulas de 90 minutos)

**3.1.1.** Intenção ética e norma moral

**3.1.2.** A dimensão pessoal e social da ética — o si mesmo, o outro e as instituições

**3.1.3.** A necessidade de fundamentação da moral — análise comparativa de duas perspectivas filosóficas

**3.1.4.** Ética, direito e política

— Liberdade e justiça social

— Igualdade e diferenças

— Justiça e equidade

No que respeita à dimensão ética da acção humana, são conceitos específicos centrais os seguintes:

- Ética
- Moral
- Responsabilidade

A questão do «si mesmo, o outro e as instituições» aborda-se à luz do seguinte problema: «Por que razão devemos de ser morais?». Discutem-se as dificuldades que a resposta à questão coloca. Mostra-se que colocar a pergunta é pedir razões para ir além do interesse pessoal e para agir com base em juízos universalizáveis.

Estuda-se o problema da fundamentação da moral analisando e confrontando duas perspectivas sobre «os critérios de apreciação da moralidade dos actos humanos» (*Programa*, pág. 29):

- Consequencialismo
- Não consequencialismo

A teoria consequencialista de referência é a ética utilitarista de John Stuart Mill. A teoria não consequencialista de referência é a ética deontológica de Immanuel Kant. A ética das virtudes de Aristóteles é discutida e contrastada com as teorias precedentes, a título de informação complementar.

Os conceitos centrais da relação entre ética, direito e política são os seguintes:

- Estado
- Justiça social
- Liberdade
- Sociedade civil

O problema inicial é o seguinte: «O que justifica que o estado limite a liberdade dos indivíduos?». Apresenta-se e discute-se a teoria contratualista de Locke sobre a justificação da autoridade de estado.

O problema nuclear da relação entre ética, direito e política é formulado da seguinte maneira: «Quais são os princípios de uma sociedade justa?». A teoria da justiça como equidade, de Rawls, é a referência. Os conteúdos mínimos a leccionar são os seguintes:

- A posição original e o véu de ignorância
- Os princípios de justiça
- A justiça como equidade

Confronta-se a teoria de Rawls com as objecções utilitaristas e libertárias.

### Obras de referência

- Aristóteles. *Ética a Nicómaco*. Lisboa: Quetzal, 2004, Livros I e II.
- Kant, Immanuel. (1785) *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70, 2000, Secção I e II.
- Locke, John. (1690) *Ensaio sobre a Verdadeira Origem, Extensão e Fim do Governo Civil*. Lisboa: Edições 70, 1999, Capítulos II, III, V, VII, VIII e IX.
- Mill, John Stuart. (1861) *Utilitarismo*. Porto: Porto Editora, 2005, Capítulos I e II.
- Rawls, John. (1971) *Uma Teoria da Justiça*. Lisboa: Presença, 2001, Parte I.

### 3.3. A dimensão estética – Análise e compreensão da experiência estética

(8 aulas de 90 minutos)

**3.3.1.** A experiência e o juízo estéticos

**3.3.2.** A criação artística e a obra de arte

**3.3.3.** A Arte — produção e consumo, comunicação e conhecimento

Entre os conceitos específicos referidos no programa, os seguintes são centrais:

- Estética
- Experiência estética
- Juízo estético
- Belo
- Gosto
- Arte

Os conteúdos mínimos para leccionar esta rubrica programática são os seguintes:

- A noção de experiência estética e sua especificidade
- A natureza do juízo estético
- A noção de arte

A questão, referida no programa, da «especificidade da experiência estética» (*Programa*, p. 30), é o problema de saber como distinguir a experiência estética (acerca da natureza ou acerca de obras de arte) de outros tipos de experiência. Apresenta-se e discute-se a resposta de Kant, segundo a qual a experiência estética se distingue de outros tipos de experiência por ser desinteressada, esclarecendo-se a noção de desinteresse em causa.

Depois de se esclarecer a noção de juízo estético com alguns exemplos, formula-se o problema da justificação do juízo acerca do belo, um tipo particular de juízo estético, confrontando-se e discutindo-se duas respostas:

- O subjectivismo estético
- O objectivismo estético

O filósofo de referência para o subjectivismo é David Hume, que defende que o belo depende dos sentimentos de cada sujeito (a justificação dos juízos estéticos é uma questão de gosto). Eduard Hanslick é a referência para o objectivismo, defendendo que o belo se encontra nos objectos (a justificação dos juízos estéticos não é uma questão de gostos pessoais).

O conceito de arte é discutido confrontando diferentes «parâmetros ou critérios do conceito de arte ao longo da história» (*Programa*, p. 30). Apresentam-se e discutem-se as seguintes teorias da definição da arte:

- A teoria da arte como imitação
- A teoria da arte como expressão
- A teoria da arte como forma

Os autores de referência são Platão, para a teoria da arte como imitação, Leão Tolstói, para a teoria da arte como expressão, e Clive Bell, para a teoria da arte como forma.

### Obras de referência

Bell, Clive. (1914) *Art*. Oxford: Oxford University Press, 1987, Capítulos 1 e 3. Disponível em <http://www.csulb.edu/~jvancamp/361r13.html>

Hanslick, Eduard. (1854) *Do Belo Musical*. Lisboa: Edições 70, 2002, Capítulos I–III.

Hume, David. (1777) «Do Padrão do Gosto», em *Ensaaios Morais, Políticos e Literários*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2002, pp. 207–226.

Kant, Immanuel. (1790) *Crítica da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1998, §1–5.

Platão. *República*. Lisboa: Gulbenkian, 1980, Livro X.

Tolstói, León. (1896) *Que es el Arte?* Madrid: Alba, 1999, Capítulos 5 e 15. Também disponível em <http://www.csulb.edu/~jvancamp/361r14.html>

### 3.3. A dimensão religiosa — análise e compreensão da experiência religiosa (8 aulas de 90 minutos)

**3.3.1.** A religião e o sentido da existência — a experiência da finitude e a abertura à transcendência

**3.3.2.** As dimensões pessoal e social das religiões

**3.3.3.** Religião, razão e fé — tarefas e desafios da tolerância

Entre os conceitos específicos referidos no programa, os seguintes são centrais:

- Religião
- Deus
- Fé

O esclarecimento destes conceitos visa unicamente preparar o estudante para os conteúdos centrais desta rubrica programática. Esclarece-se igualmente as noções de ateísmo, agnosticismo e teísmo. O teísmo define Deus como criador, onnipotente, sumamente bom e onisciente, sendo esta a concepção de Deus que é tradicionalmente estudada em filosofia da religião. A fé é entendida como crença religiosa.

Os conteúdos centrais desta rubrica programática são os seguintes:

- A harmonia entre fé e razão
- O argumento do desígnio a favor da existência de Deus
- Críticas ao argumento do desígnio
- Fideísmo: a fé contra a razão
- A experiência religiosa
- Análise da experiência religiosa

A «relação entre a razão e fé» (*Programa*, pág. 20) é abordada partindo da posição de que a fé e a razão estão em harmonia, e não em oposição, complementando-se entre si. O filósofo de referência para a doutrina da harmonia é Tomás de Aquino.

O argumento do desígnio a favor da existência de Deus é apresentado como um exemplo da harmonia entre razão e fé. William Paley é o autor de referência para o argumento do desígnio. David Hume é o filósofo de referência para as críticas ao argumento do desígnio, que visam apresentar a ideia fundamental do fideísmo: que a razão é impotente para justificar a fé, pelo que não há harmonia entre elas. O fideísmo é apresentado e discutido. O filósofo de referência para o fideísmo é Søren Kierkegaard.

Segundo o fideísmo, é a experiência religiosa que é determinante para a fé, e não a razão. Para a análise da experiência religiosa William James é o filósofo de referência. A análise visa inquirir se a experiência religiosa pode justificar a fé. Para as críticas à experiência religiosa como justificação da fé o autor de referência é Sigmund Freud.

### **Obras de referência**

Freud, Sigmund. (1927) *O Futuro de uma Ilusão*. Lisboa: Diversos, 1997, Secções III e VI.

Hume, David. (1779) *Diálogos sobre a Religião Natural*. Lisboa: Edições 70, no prelo, Partes II, V, VIII.

James, William. (1902) *Variedades de Experiência Religiosa*. São Paulo: Cultrix, 1995, Capítulo XVI.

- Kierkegaard, Søren. (1846) *Post-scriptum Définitif et non Scientifique aux Miettes Philosophiques*. Paris: Horante, 1977, Livro II, Parte II, Capítulo II.
- Paley, William. (1802) *Natural Theology*. Whitefish, MT: Kessinger Publishing, 2003, Capítulos I–III. Disponível em <http://www.hti.umich.edu/cgi/p/pd-modeng/pd-modeng-idx?type=header&id=PaleyNatur>
- Tomás de Aquino. *Suma contra los Gentiles*. Madrid: Catolica, 1967-1968, I, 3-7. Disponível em <http://www.nd.edu/Departments/Maritain/etext/gc.htm>

#### **4. Temas/problemas do mundo contemporâneo (8 aulas de 90 minutos)**

*Opção por um tema/problema*

- Os direitos humanos e a globalização
- Os direitos das mulheres como direitos humanos
- A responsabilidade ecológica
- A manipulação e os meios de comunicação de massas
- O racismo e a xenofobia
- O voluntariado e as novas dinâmicas da sociedade civil
- A obra de arte na era das indústrias culturais
- A dessacralização do mundo e a perda do sentido
- A paz mundial e o diálogo inter-religioso
- Outros

Temas de escolha e leccionação livres.

### III — RACIONALIDADE ARGUMENTATIVA E FILOSOFIA

#### 1. Argumentação e lógica formal (6 aulas de 90 minutos)

- 1.1. Distinção validade/verdade
- 1.2. Formas de inferência válida
- 1.3. Principais falácias

Os conceitos centrais, comuns à lógica aristotélica e à lógica proposicional, são os seguintes:

- Argumento e proposição
- Premissa e conclusão
- Forma e conteúdo
- Validade e verdade
- Dedução e indução

O conceito fundamental é o de forma lógica, dado o papel que desempenha na compreensão da validade. Apresenta-se a distinção entre a forma lógica de um argumento e o seu conteúdo ou assunto, assim como a distinção e relação entre validade e verdade. Finalmente, distingue-se os argumentos dedutivos dos indutivos.

Caso se opte pela lógica silogística, os conteúdos centrais são os seguintes:

- As quatro formas lógicas: A, E, I e O
- Forma canónica
- Termo sujeito e termo predicado
- Definição de silogismo
- Termo menor, maior e médio
- Distribuição de termos
- Regras do silogismo válido
- Falácias silogísticas: quatro termos, termo médio não distribuído, ilícita maior, ilícita menor
- Reconstituição de silogismos e determinação da sua validade

Visa-se desenvolver a competência para construir e avaliar silogismos de modo a proporcionar uma compreensão sólida da noção de argumentação formalmente válida e da sua importância. Qualquer das quatro formas lógicas podem ser expressas de inúmeras maneiras («Há homens mortais», por exemplo), e o estudante deve aprender a transformá-las na forma canónica («Alguns homens são mortais»). O estudante deve compreender claramente a definição formal de silogismo como um argumento com duas premissas e uma conclusão, e um conjunto de regras quanto à sua estrutu-

ra, nomeadamente no que se refere à posição dos termos menor, maior e médio. Os exercícios mais complexos consistem em reconstituir argumentos a partir de pequenos textos, apresentando-os em forma silogística, para determinar então a sua validade ou invalidade.

Caso se opte pela lógica proposicional clássica, os conteúdos centrais são os seguintes:

- Conectivas: negação, disjunção (inclusiva), conjunção, condicional e bicondicional
- Tabela de verdade
- Formalização de proposições simples e complexas
- Âmbito das conectivas
- Argumento proposicional clássico
- Inspector de circunstâncias
- Formas válidas: *modus ponens*, *modus tollens*, contraposição, silogismo disjuntivo, silogismo hipotético, Leis de De Morgan e negação da condicional
- Falácias proposicionais: afirmação da consequente e negação da antecedente
- Reconstituição, formalização de argumentos proposicionais e determinação da sua validade

Visa-se desenvolver a competência para construir e avaliar argumentos proposicionais clássicos de modo a proporcionar uma compreensão sólida da noção de argumentação formalmente válida e da sua importância. Apresentam-se as cinco conectivas a partir da linguagem natural, com exemplos adequados. As definições das conectivas são explicadas de forma simples, recorrendo a exemplos esclarecedores. As tabelas de verdade são introduzidas para definir as conectivas, e para esclarecer a noção de âmbito das conectivas. O estudante deve formalizar proposições simples e complexas, explicitando o dicionário usado, a que se chama também «interpretação». Este tipo de exercício visa fornecer ao estudante a competência para detectar e compreender a estrutura lógica proposicional da linguagem natural.

Define-se claramente, e recorrendo a exemplos, a noção de argumento proposicional clássico. Os inspectores de circunstâncias permitem avaliar directamente este tipo de argumentos, previamente formalizados. Não se transforma primeiro os argumentos em condicionais, para depois determinar se as condicionais resultantes são tautologias, pois este método faz os estudantes confundir validade com verdade.

As formas argumentativas válidas apresentadas ocorrem com muita frequência na argumentação natural, o mesmo acontecendo com as duas falácias apresentadas. Os exercícios mais complexos consistem em reconstituir argumentos proposicionais clássicos apresentados em pequenos textos, formalizando-os e determinando a sua validade recorrendo a inspectores de circunstâncias.

**2. Argumentação e retórica** (3 aulas de 90 minutos)**2.1.** O domínio do discurso argumentativo: a procura de adesão do auditório**2.2.** O discurso argumentativo: principais tipos de argumentos e falácias informais

Para esta rubrica programática o programa atribui apenas três aulas, o que limita fortemente o nível de aprofundamento da sua leccionação. Os seguintes conteúdos são centrais:

- Retórica
- Distinção entre argumento dedutivo e indutivo
- Indução (generalização e previsão)
- Argumento de autoridade
- Argumento por analogia
- Distinção entre falácia formal e falácia informal
- Falácias informais: *ad hominem*, apelo à ignorância, apelo à força, derrapagem, falso dilema e petição de princípio
- Entimema

A noção de retórica será desenvolvida na rubrica programática seguinte; trata-se aqui de apresentar apenas uma noção simples da retórica enquanto disciplina que estuda vários aspectos da argumentação. Retoma-se a distinção entre argumento dedutivo e indutivo já apresentada anteriormente. Distingue-se indução, no sentido estrito (generalização e previsão), de argumento não dedutivo em geral (que inclui argumentos de autoridade e por analogia, entre outros). As falácias formais, ao contrário das informais, resultam exclusivamente da forma lógica; algumas falácias informais têm formas lógicas válidas (falso dilema, derrapagem e petição de princípio). Apresenta-se a noção de entimema e a sua importância para a análise da argumentação.

Esta rubrica programática visa permitir que os estudantes adquiram competências operativas, e não de mera compreensão dos conteúdos apresentados. O objectivo é usar estes conteúdos em tarefas práticas, nomeadamente:

- Identificar diferentes tipos de argumentos informais em textos filosóficos (eventualmente simplificados)
- Determinar a validade ou invalidade (eventualmente falaciosa) desses argumentos
- Apresentar (por escrito e oralmente) os seus próprios argumentos informais, sem cometer falácias

**3. Argumentação e Filosofia** (5 aulas de 90 minutos)**3.1.** Filosofia, retórica e democracia**3.2.** Persuasão e manipulação ou os dois usos da retórica**3.3.** Argumentação, verdade e ser

Os conceitos centrais são os seguintes:

- Persuasão
- Manipulação

Por persuasão entende-se a persuasão racional, baseada em argumentos válidos. Por manipulação entende-se a persuasão irracional, baseada em argumentos falaciosos.

O conteúdo central desta rubrica programática consiste no estudo dos argumentos contra os maus usos da retórica e a defesa de que «toda a argumentação filosoficamente aceitável deve ser regulada pela procura da verdade, tendo por finalidade o efectivo conhecimento da realidade» (*Programa*, pág. 32). O autor de referência é Platão. Este estudo visa articular e concretizar as competências argumentativas adquiridas nas rubricas programáticas anteriores. É nesta rubrica programática que explicitamente se procura atingir alguns dos objectivos gerais do programa oficial, apresentados na pág. 10.

**Obra de referência**

Platão. *Górgias*. Lisboa: Edições 70, 1992, 457c–466a.

**IV — O CONHECIMENTO E A RACIONALIDADE  
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA****1. Descrição e interpretação da actividade cognoscitiva** (12 aulas de 90 minutos)**1.1.** Estrutura do acto de conhecer**1.2.** Análise comparativa de duas teorias explicativas do conhecimento

Entre os conceitos gerais e específicos referidos no programa, os seguintes são centrais:

- Conhecimento
- Sujeito
- Objecto
- *A priori / a posteriori*
- Dúvida

Estes conceitos integram a «descrição dos elementos constituintes do acto de conhecer» (*Programa*, p. 33). O conhecimento é uma relação entre sujeito e objecto. Distingue-se o conhecimento proposicional do não proposicional. O conhecimento proposicional («saber que») contrasta com o conhecimento não proposicional («saber fazer» e conhecimento por contacto), sendo o primeiro que está em causa na teoria do conhecimento. Apresentam-se as noções de crença (*doxa*), verdade (*aletheia*) e justificação (*logos*), presentes no *Teeteto*, de Platão, visando caracterizar o conhecimento (*episteme*) como crença (ou opinião) verdadeira justificada, e distinguir crença de conhecimento, por um lado, e crença verdadeira de conhecimento, por outro. Discute-se brevemente alguns contra-exemplos à noção de conhecimento como crença justificada verdadeira. Introduce-se então a distinção entre conhecimento *a priori* e conhecimento *a posteriori*.

Os instrumentos teóricos adquiridos no ponto anterior serão usados para confrontar duas teorias filosóficas acerca de um problema do conhecimento. Dada a sua importância, tanto em termos históricos como em termos filosóficos, o problema a discutir é o da possibilidade do conhecimento. Trata-se de responder à seguinte pergunta: «Será que sabemos mesmo o que julgamos saber?». Confronta-se o cepticismo, que responde pela negativa, com a resposta de René Descartes aos argumentos cépticos, nomeadamente aos argumentos da ilusão e da diversidade de opiniões. Sexto Empírico é o filósofo de referência para os argumentos cépticos. Conclui-se com as críticas a Descartes, sendo David Hume a referência principal.

### Obras de referência

Descartes, René. (1641) *Meditações sobre a Filosofia Primeira*. Coimbra: Livraria Almedina, 1992, 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Meditações.

Hume, David. (1748) *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2002, Secção XII, Parte 1.

Platão. *Teeteto*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2005, 200d–202d.

Sexto Empírico. *Esbozos Pirrónicos*. Madrid: Editorial Gredos, 1993, Livro I. Disponível em [http://www.molloy.edu/academic/philosophy/sophia/ancient\\_lit/outlines\\_txt.htm](http://www.molloy.edu/academic/philosophy/sophia/ancient_lit/outlines_txt.htm)

## 2. Estatuto do conhecimento científico (8 aulas de 90 minutos)

2.1. Conhecimento vulgar e conhecimento científico

2.2. Ciência e construção — validade e verificabilidade das hipóteses

2.3. A racionalidade científica e a questão da objectividade

No que respeita ao estatuto do conhecimento científico, são conceitos específicos centrais os seguintes:

- Conhecimento vulgar
- Conhecimento científico
- Teoria
- Hipótese
- Verificabilidade
- Falsificabilidade

Começa-se por distinguir preliminarmente o conhecimento vulgar do científico, e de relembrar a noção de teoria. Seguidamente, introduz-se a noção de hipótese científica. Estas noções permitem apresentar e discutir o problema filosófico seguinte: «O que distingue as teorias científicas das não científicas?». Este problema é um desenvolvimento da questão intuitiva «O que é a ciência?». O que está em causa é o chamado «problema da demarcação». Os conteúdos mínimos a leccionar são os seguintes:

- O critério da falsificabilidade
- As críticas ao critério da falsificabilidade

Contrastando a falsificabilidade com a verificabilidade de hipóteses, apresenta-se e discute-se o critério de Karl Popper para demarcar as ciências das não ciências. As críticas de Imre Lakatos ao critério de Popper são apresentadas e discutidas.

O segundo problema filosófico acerca do estatuto do conhecimento científico é o seguinte: «Como se justificam as teorias científicas?». Os conteúdos mínimos a leccionar são os seguintes:

- O papel da indução no método científico
- O problema da justificação da indução
- O método de conjecturas e refutações

Recordando a noção previamente estudada de indução, por oposição à dedução, apresenta-se a ideia comum de que a indução está na base das teorias científicas. Esta perspectiva enfrenta o problema da justificação ou racionalidade da própria indução. O filósofo de referência é David Hume. Apresenta-se então a perspectiva de Karl Popper (*A Lógica da Pesquisa Científica*), que defende que a ciência não procede indutivamente, mas antes por meio de conjecturas e refutações, pelo que a racionalidade da ciência não é colocada em causa pelo problema da justificação da indução. Termina-se com algumas críticas à perspectiva de Popper.

### **Obras de referência**

Hume, David. (1748) *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2002, Secção IV.

Lakatos, Imre. (1977) *História da Ciência e suas Reconstruções Racionais*. Lisboa: Edições 70, 1998, Capítulo 1.

Popper, Karl. (1935) *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix, 1972, Secções 1–3.

Popper, Karl. (1962) *Conjecturas e Refutações*. Coimbra: Livraria Almedina, 2003, Capítulo 1.

### 3. Temas/problemas da cultura científico-tecnológica (8 aulas de 90 minutos)

*Opção por um tema/problema*

- A ciência, o poder e os riscos
- A construção histórico-social da ciência
- O trabalho e as novas tecnologias
- O impacto da sociedade da informação na vida quotidiana
- A industrialização e o impacto ambiental
- A investigação científica e os interesses económico-políticos
- A tecnociência e a ética
- A manipulação genética
- Outros

Temas de escolha e leccionação livres.

## V — UNIDADE FINAL DESAFIOS E HORIZONTES DA FILOSOFIA

*Opção por 1, 2 ou 3*

### 1. A Filosofia e os outros saberes (8 aulas de 90 minutos)

- 1.1. Realidade e verdade — a plurivocidade da verdade
- 1.2. Necessidade contemporânea de uma racionalidade prática pluridisciplinar
- 1.2. Análise comparativa de duas teorias explicativas do conhecimento

### 2. A Filosofia na cidade (8 aulas de 90 minutos)

- 2.1. Espaço público e espaço privado
- 2.2. Convicção, tolerância e diálogo — a construção da cidadania

### 3. A Filosofia e o sentido (8 aulas de 90 minutos)

- 3.1. Finitude e temporalidade — a tarefa de se ser no mundo
- 3.2. Pensamento e memória — a responsabilidade pelo futuro

Temas de escolha e leccionação livres.